



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Processo nº: 10.209/2019

Origem: Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Assunto: Estudos Especiais - Edição de normativo

Ementa: Grupo de Trabalho designado para avaliação de revisão dos Manuais de Auditoria do TCDF. Apresentação do novo Manual de Auditoria e demais fiscalizações – Parte Geral. Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia. Proposição de recepção do manual e demais procedimentos e orientações técnicas do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, em detrimento à utilização do Manual de Auditoria de Obras Públicas e Serviços de Engenharia do Tribunal. Minuta de resolução. Boa ordem da minuta. Prosseguimento do feito.

Objeto: Minuta de resolução

P A R E C E R Nº 36/2020-CJP

Por respeitável despacho Presidencial, é honrada esta Consultoria Jurídica para manifestação quanto à matéria em apreço.

Os presentes autos foram autuados com vistas a dar cumprimento ao item III da Decisão nº 75/2018, proferida no Processo nº 32.720/2018, quando da apreciação plenária do Relatório Final elaborado pelo Comitê de Controle de Qualidade das Auditorias do TCDF – CCQA, contemplando em seu bojo a avaliação das auditorias concluídas no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2017.

Por meio do item III da referida deliberação, o Tribunal recomendou à Secretaria-Geral de Controle Externo que designasse um Grupo de Trabalho com a atribuição de avaliar e rever os Manuais de Auditoria editados pela Corte com vistas a promover as adequações e atualizações necessárias ao processo de auditoria.

Para tanto, a Portaria nº 249, de 6 de junho de 2019 (peça 8), constituiu o Grupo de Trabalho integrado pelos Auditores de Controle Externo: Alexandre Pedrosa Pinheiro, Cinthia Thais de Carvalho Luz Thomazi, Gilmar de Souza



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Moura, Luciana Rocha de Melo Alvim, Paulo de Souza Manguiera Júnior e Helder Silvério Borba.

Por intermédio da Informação n.º 02/2020 – SESPE, a Secretaria de Fiscalização Especializada salientou que a minuta de resolução promoverá a consolidação das normas que internalizaram os métodos e as técnicas de fiscalização preconizados pelas entidades internacionais de auditoria no ambiente da Corte e das normas e orientações profissionais.

Nesse passo, elucidou que será proposto ao egrégio Plenário sopesar a oportunidade e conveniência de aprovar e instituir o Manual de Auditoria e demais fiscalizações – Parte Geral, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 249, de 06 de junho de 2019; recepcionar o Manual de Auditoria de Obras Públicas e Serviços de Engenharia, os Procedimentos de Auditoria e as Orientações Técnicas do IBRAOP; e convalidar o Manual de Auditoria Operacional aprovado pela Decisão Administrativa nº 05/2008, como normas complementares ao manual ora proposto; a serem observados de forma subsidiária pelas Secretarias de Controle Externo deste Tribunal, conforme minuta de Resolução apresentada (peça 13).

Por fim, sugeriu ao egrégio Plenário:

“I. Tomar conhecimento da presente Informação e das peças processuais elaboradas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 249, de 06 de junho de 2019 (e-DOCs 4396584F, FEF23134, 90C9B33D e FB156BEB);

II. Aprovar a minuta de Resolução em anexo, com vistas ao aprimoramento da metodologia de realização de auditorias e demais fiscalizações executadas pelas Secretarias de Controle Externo deste Tribunal de Contas do Distrito Federal;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

III. Autorizar o retorno dos autos à Segecex para adoção das providências de praxe e posterior arquivamento.”

Feito este breve relatório, passamos à análise da matéria.

O instrumento ora analisado (minuta de resolução), tem por objeto o aprimoramento da metodologia de realização de auditorias e demais fiscalizações executadas pelas Secretarias de Controle Externo deste Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Com relação à minuta de resolução trazida à colação para análise, à peça nº 13, considera-se que a mesma reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, razão pela qual atestamos a boa ordem de seus termos e sua conformidade com legislação regente, sem olvidar, porém, que a regulamentação da matéria encontra-se adstrita ao juízo de conveniência e oportunidade por parte da Alta Administração desta Corte de Contas.

Destarte, esta Consultoria Jurídica, restrita aos aspectos jurídicos-formais, coaduna-se com o entendimento emanado pela SEGECEX e opina:

I - que seja levado ao conhecimento da Excelentíssima Senhora Presidente desta Casa as informações constantes dos autos, bem como da minuta de resolução, que tem por objeto o aprimoramento da metodologia de realização de auditorias e demais fiscalizações executadas pelas Secretarias de Controle Externo deste Tribunal de Contas do Distrito Federal;

II - pela boa ordem dos termos da minuta de resolução constante à peça nº 13;

III - na sequência, seja a minuta de resolução submetida ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

indispensável trabalho de revisão, padronização e integração redacional e normativa, a cargo da Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa; e

IV- por fim, que seja submetido o presente processo à apreciação e deliberação pelo e. Plenário desta Corte de Contas.

É o que nos parece.

Ao crivo do digníssimo Presidente desta Corte de Contas, não sem antes a apreciação por parte do douto Consultor Jurídico.

Brasília, 28 de fevereiro de 2020.

Ana Paula C. Resende M. do Prado
Assessora Jurídica

Ciente.

De acordo.

Ao Gabinete da Presidência, com as vênias de estilo.

TÚLIO MÁRCIO CUNHA E CRUZ ARANTES
Consultor Jurídico